

CAPÍTULO 9

A narrativa de um percurso formativo: doutorado no Paraguai construído com verbo acreditar

Simone Rodrigues Batista Mendes

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-31-2.c9>

1. INTRODUÇÃO

O provérbio africano “A borboleta que esbarra em espinho rasga as próprias asas”, citado no capítulo I do livro “Um defeito de Cor” (2020, p. 9), de Ana Maria Gonçalves, remete-me à realização de sonhos e conquistas, mas também a lutas, quebra de paradigmas e ações que cortam a própria carne. Assim compreendo minha formação: um misto de sensações e sentimentos como: alegrias, tristezas, dores físicas e psicológicas, mas com vivências e experiências que marcam a carne e a mente. É como percebo o processo vivido, cheio de riquezas, crescimento pessoal e profissional, com desafios e vitórias, um momento ímpar.

A conquista de uma formação nos leva muitas vezes a viver experiências que nos sustentam por uma vida. Como professora de formação, tenho incrustado na minha alma o “aprender a aprender” como um ato permanente de construção do ser pessoal e profissional, porque formar-se e autoformar-se é vencer desafios e conquistar vitórias. A inquietação que me impulsiona foi herdada dos mestres que fizeram parte da minha história, desde o ensino fundamental, passando pelo médio e chegando à graduação; eles são os responsáveis por muitas das minhas conquistas.

Segundo Veiga (2014, p. 330), “[...] a formação significa a construção de conhecimentos relacionados a diferentes contextos sociais, culturais, educacionais e profissionais”. Em consonância com esse pensamento, França (2018, p. 1) afirma que:

A formação continuada de professores tem sido entendida hoje como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores. Ela é realizada após a formação inicial e tem como objetivo assegurar um ensino de qualidade cada vez maior aos alunos.

A construção de conhecimentos é uma condição para se fazer professor e sua profissionalização. Assim, para ser formador do outro é preciso estar aberto ao novo e ainda ter uma atitude permanente de construção, desconstrução e reconstrução em suas práticas e buscar novos paradigmas que fortaleçam o ser e o profissional. Na perspectiva de França (2018, s/p):

Atualmente a informação e o conhecimento são compartilhados de maneira muito rápida – de certa forma quase instantânea –, de modo que se manter atualizado é requisito indispensável para qualquer profissional. Ainda assim, é válido ressaltar que a informação só se torna conhecimento de fato quando é associada a algum sentido. Isso significa que cabe à escola possibilitar a construção do conhecimento dos alunos, já que os livros e a internet, por exemplo, disponibilizam, sobretudo, apenas informações. A formação continuada tem muito a oferecer nesse processo, porque ajuda o professor a melhorar cada vez mais suas práticas pedagógicas e com isso apoiar os alunos na construção de conhecimentos, e não apenas no acúmulo de informações.

França (2018) reforça meu pensamento quando afirma que a formação continuada, além de atualizar o professor, promove melhoria da prática pedagógica. Essa é uma premissa para quem deseja cumprir sua função de educador e também uma condição para elevar a qualidade do ensino.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ASPECTOS LEGAIS E DADOS ESTATÍSTICOS

A formação inicial de professorares está amparada no art. 62 LDB/1996, que instruiu os sistemas de ensino, instituindo que “[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]”. Essa formação foi considerada mínima para o exercício da docência na educação básica.

Para o ensino superior, a LDB/1996 orienta no art. 66 que “[...] a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. O art. 67 estabelece que “[...] os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação” no seu inciso II, que

essa formação de “[...] aperfeiçoamento profissional continuado é assegurada com licenciamento periódico remunerado para esse fim”, trazendo para debate o direito do professor à formação.

Assim, cabe aos sistemas de ensino a responsabilidade pela formação continuada do professor, garantindo aos professores o direito previsto em lei. Nesses termos, é preciso que as escolas e universidades convertam-se em lócus de debates, centros de pesquisas com vistas à transformação social, aprendizagem e renovação das metodologias. Para Dudar *et al.* (2017, p. 10117), como

[...] um direito, a formação docente continuada consiste em um dever do Estado a ser assegurado pelos sistemas de ensino, por meio de políticas públicas, e não uma responsabilidade individual do professor. Isto significa que se a formação é um direito adquirido pelo professor pela legislação, essa deverá ser oferecida a ele (mais do que buscada, individualmente, por ele), pelas instâncias federais, distritais, estaduais e municipais, que são responsáveis por garantir aos docentes a efetivação desse direito.

Reafirmando o direito e a responsabilidade dos sistemas, o Plano Nacional de Educação (PNE - 2014 a 2024) reitera a necessidade da formação, seja ela inicial ou continuada nas metas:

15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

16 - Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

O PNE (2014 - 2024) concebe a formação de professores a partir de dois grandes objetivos: expandir o ensino superior, elevar sua qualidade e estimular a pesquisa científica; e aumentar a qualidade da educação básica. Assim, é imperativo que os sistemas de ensino promovam políticas públicas que assegurem a formação continuada do professor.

Os pesquisadores da área da educação que têm o professor como centro das questões são unâimes em relatar que a valorização e profissionalização do professor

passa pela tríade condições de trabalho, formação e remuneração, que influenciam diretamente na qualidade da educação. Para tanto, é essencial que as metas 15 e 16 sejam asseguradas por quem é de direito e ainda acompanhadas pelos professores e suas representações de classe.

No Brasil são mais de 2,5 milhões de professores na educação básica e ensino superior (Censo Escolar, 2017). O relatório de 2019 informa que o percentual de professores da educação básica com licenciatura aumentou 6% pontos, em relação ao ano de 2015 e 2,3% pontos em comparação ao censo escolar de 2018.

Em relação ao aumento da formação de professores da educação básica, o censo escolar (2017) aponta que 4,3 mil professores têm nível superior, 65,5 mil têm especialização, 128,4 possuem mestrado e 143,4 mil doutorado.

Para os docentes do ensino superior, o PNE (2014 - 2024) traçou a meta 13, tendo como objetivo “[...] ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), do total no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) doutores”. Para o governo, a meta já foi alcançada, 80% dos 384 mil professores da educação superior têm mestrado e/ou doutorado (INEP/2018).

Segundo o INEP (2018), houve um aumento no número de mestres e doutores para o exercício da docência. Isso não é de se estranhar, visto que é imperativo para o professor do ensino superior aumentar sua qualificação, uma vez que para melhorar sua remuneração é necessário o cumprimento desse requisito.

Os dados demonstram crescimento, porém cabe questionar: o aumento adveio de programas de formação desenvolvidos pelos sistemas ou partiu da inquietude do professor por melhorias na sua própria remuneração?

Já em relação à meta 16, que tem foco no professor da educação básica, como está seu andamento? O relatório do INEP/2018 aponta crescimento, “[...] o percentual de professores com titulação em nível de pós-graduação aumentou no período de 2010 a 2017 (de 24,5% para 36,2%)”. Entretanto, o documento ressalta que possivelmente não seja cumprida em relação ao aumento de mestres e doutores. O relatório registrou

crescimento significativo em nível de especialização, contudo aponta para elevação na taxa de mestre e doutores, assim:

Em 2017, 34,4% dos docentes da educação básica possuíam o nível de especialização, 2,4% de mestrado e 0,4% de doutorado. Em 2017, as redes públicas foram as que mais promoveram a formação dos professores, tanto em nível de pós-graduação quanto em formações continuadas. Na maior parte dos estados observou-se aumento dos percentuais de professores formados, tanto na pós-graduação como na formação continuada, desde 2014 (INEP, 2018).

O relatório evidencia que as redes públicas foram as que mais investiram na formação de seus docentes, não poderia ser diferente, visto que a formação continuada é dever dos sistemas federal, estadual e municipal, na “Política Nacional de Educação [...] a referência à formação docente, tanto inicial quanto continuada é um direito que deve ser assegurado pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 2006 apud DUDAR *et al.*, 2017, p. 10117).

Relatórios como INEP/2018/2019 e o Anuário da Educação Brasileira/2019 falam em crescimento, mas o cumprimento da meta 16 anda a passos curtos, correndo sério risco de não se realizar em sua totalidade, visto que somente um pequeno percentual tem acesso à formação continuada e a oferta não atende à demanda, no que carece à criação de programas de pós-graduação para cumprimento da meta.

3. HISTÓRIA CONSTRUÍDA NO ACREDITAR: NARRATIVA DE UM PERCURSO FORMATIVO

Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo e nem ensino (Paulo Freire).

Com Freire, começo pontuando meu percurso formativo, impulsionada pela curiosidade, inquietude e pela busca do aprender. Moro em Roraima, sou professora de formação, ensino médio na modalidade normal (magistério), formação inicial em Letras (UFRR/1996), especialização em Supervisão Escolar pela (UFRJ/1998) na modalidade a distância, com mestrado em Educación, Planificación, Innovación y Gestión de la Práctica Educativa pela Universidad Alcalá (ES/2010) e doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay (PY-2016).

Meu histórico de educação pública acontece somente em dois momentos, ensino médio e graduação. As duas primeiras etapas da educação básica, pós-graduação, foram na rede privada de ensino – especialização, mestrado e doutorado. Uma opção? Não.

Entrei na Pedagogia por acaso. No final dos anos 1990, tive conhecimento de uma especialização em Supervisão Escolar ofertada pela UFRJ, um convênio entre Exército e a própria universidade. “O ensino a distância decorreu de convênio do CFCH e a Faculdade de Letras com o Exército Brasileiro (CAP) de 1997 a 2001” (site UFRJ¹²), essa ação entre as instituições me possibilitou estudar sem sair do estado, naquele momento foi uma grande oportunidade. Com ela me encantei pelo fazer pedagógico, e isso influenciou na minha decisão pelo mestrado e doutorado na área de Educação.

Em Roraima, contamos com duas grandes universidades públicas: a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Estadual de Roraima (UERR). Só recentemente as duas credenciaram os cursos de mestrado em Educação e até o momento não têm programa de doutorado na área.

Na UERR o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) só foi possível com parceria entre a UERR e o Instituto Federal de Roraima (IFRR), um consórcio de mestres e doutores, criado no ano de 2013. Assim, há o mestrado acadêmico com finalidade de formar pesquisadores e professores para educação básica e ensino superior no estado.

A UFRR, universidade mais antiga, criou em 2019 seu programa de pós-graduação *stricto sensu* (RES.009/19/CEPE). Segundo a instituição, o “[...] curso de Mestrado em Educação tem o objetivo de formar professores pesquisadores e produzir conhecimento no campo da educação com ênfase nas características sociais, econômicas, históricas e culturais que constituem a realidade amazônica e transfronteiriça” (site UFRR¹³, 2020).

O estado possui um total de 23.714 mil professores só da educação básica, o que demonstra a necessidade de maiores políticas públicas e investimentos em programas de formação para atender a tal público, principalmente quando se deseja melhorar a

¹² Disponível em: <https://ufrj.br/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

¹³ Disponível em: <https://ufrj.br/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

qualidade da educação do estado. A carência de programas de pós-graduação no estado e o déficit de vagas na região obriga muitos professores a buscarem outros estados ou países para a sua formação. Para tanto, há desafios e é necessário vencer obstáculos, tais como distanciamento familiar, falta dos amigos e do trabalho. Torna-se necessário passar por tudo isso para dar continuidade à formação.

4. A PÓS-GRADUAÇÃO: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS

4.1. O mestrado

A Formação [...] deve ser permanente e construtiva, humanizando as relações e os saberes; sem ela, o professor não conseguirá desempenhar seu papel como agente integrador de conhecimentos e valores perante a sociedade. (NASCIMENTO, 2014, p. 1)

O pensamento de Nascimento (2014) convida a ponderar a formação como algo permanente, construtiva e significativa, porque o aprender é indispensável para a vida e promove satisfação pessoal e profissional. Com a inquietude que me apetece, fui em busca de novos desafios. O primeiro foi o mestrado (2008), que foi um retorno à sala de aula como estudante depois de 10 anos – cabe aqui dizer que essa lacuna teve como principal motivo a falta de oferta de mestrado na área da Educação na região. Os desafios não foram pequenos: o retorno, a disciplina (conciliar trabalho e estudo), a escrita acadêmica e a pesquisa propriamente dita, pois a graduação não me preparou para ser pesquisadora.

A dissertação teve como tema “Avaliação Institucional: uma necessidade para democratização da gestão”. A pesquisa foi realizada no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Roraima e em duas escolas estaduais de Ensino Fundamental. Os sujeitos de pesquisa foram diretores de departamentos e chefes de divisões. A questão norteadora foi: a escola de Ensino Fundamental utiliza a Avaliação Institucional para melhorar os processos educativos e democratizar gestão escolar? (MENDES, 2010, p. 7).

O mestrado foi um desafio prazeroso, tive a oportunidade de estudar em uma das universidades mais antigas da Espanha, a Universidad de Alcalá (Convênio Banco Santander, Alcalá e Instituto). Entre os séculos XVI e XVII, a universidade transformou-se em um centro acadêmico de excelência, e por sua singularidade no modelo

universitário e atuação no campo da literatura, da ciência, da beleza e a arquitetura de seus edifícios a UNESCO, em 1998, a declarou Patrimônio da Humanidade¹⁴.

Entendi esse momento como uma grande oportunidade, conheci a Espanha, cursei meus créditos, fiz minha dissertação, qualifiquei, defendi, mas, apesar de vencer muitas batalhas, o diploma não foi reconhecido no Brasil. Um diploma válido em vários países da Europa e amparado pelo tratado de Bolonha. Decepcionante? Sim e não, afinal, como dizia Fernando Pessoa no poema *Mar português* (Mensagem, 1934):

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Todo conhecimento construído é válido, toda experiência vivida tem seu lugar e sua importância. As experiências são indicadores de construção e reconstrução de saberes e influenciam no desenvolvimento individual do eterno aprendiz.

O mestrado foi uma experiência ímpar, cheia de descobertas, quebra de paradigmas e principalmente de construção de conhecimento que, mesmo sem o devido reconhecimento, abriu-me portas, trouxe-me de volta ao hábito da pesquisa e da produção científica, então afirmo: não perdi tempo nem dinheiro. Para Nichele *et al.* (2009, p. 3):

A internacionalização da educação superior, portanto, deve ser tratada por uma condição que facilite a manutenção de redes de cooperação aliadas aos interesses das instituições e que contribuam para o desenvolvimento institucional e educacional, através dos mais diferentes programas de cooperação e pesquisas específicas. Esta é uma proposição quando tratamos de ensino superior, especificamente os de níveis de pós-graduação, como produtos de diferentes programas institucionais.

Cabe ressaltar que as normas nacionais não facilitam o reconhecimento de diplomas. Há muito esforço feito pelo estudante, é um “[...] desafio o reconhecimento oficial das mais diferentes formas de cooperação, de programas desenvolvidos em

¹⁴ Conforme informa a página da própria instituição. Disponível em: <https://www.uah.es/es/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

diferentes instituições conveniadas, de estudos específicos qualificativos, dentre tantas outras direções e formas acordadas entre instituições” (NICHELE *et al.*, 2009, p. 3).

Como depoimento, posso dizer que a grande dificuldade em relação ao mestrado foi o reconhecimento, e com o doutorado além do reconhecimento, enfrentei preconceito e questionamento de terceiros em relação à qualidade.

4.2. O Doutorado: preconceito, distância e reconhecimento do diploma

Aprendi que maturidade tem mais a ver com os tipos de experiência que se teve e o que você aprendeu com elas do que com quantos aniversários você celebrou. (William Shakespeare)

O número de programas de mestrados e doutorados no Brasil cresceu em 25%. Apesar disso, os maiores índices de crescimento concentram-se na região Sudeste e as regiões Norte e Centro-Oeste têm os índices mais baixos de matrícula na pós-graduação. Apesar da região Norte registrar crescimento, “[...] a oferta ainda apresenta déficit já que cerca de 8% da população do país reside na região. Ainda assim, 15% de seus programas melhoraram as notas” (CAPES, 2017).

Os desafios da elevação da titulação de mestres e doutores também se vincula a oferta da pós-graduação, sobretudo no próprio estado, ou seja, ampliação das oportunidades para ingresso em programas de mestrado e doutorado. No entanto, as IES em Roraima, pela particularidade de implantação tardia, quantitativo de quadro próprio de docentes com a titulação de doutores para ofertar pós-graduação *stricto sensu*, são fatores que implicam para oferta deste nível de programa, que ainda requer investir seriamente nas IES locais. **Em função desta complexa realidade, profissionais da educação básica como também do ensino superior têm recorrido à formação em outros países.** No entanto, essa formação requer um trâmite legal e burocrático para revalidação desses títulos. (PEE/RR 2014-2024, p. 111)

Nessa complexidade que eu me encaixo. De toda forma, fui em busca novamente de um curso que atendesse minha necessidade, e novamente estava em outro país. Fui apresentada em 2013 ao Programa de Pós-Graduação da Universidad Evangélica del Paraguay, situada na cidade de Assunção, no Paraguai (América Latina). Confesso que tive algumas resistências e pensamentos preconceituosos. Fiquei pensando: “com um diploma europeu irei ao Paraguai? Fiquei pensativa. Se por acaso não fosse bom, cessaria o processo e retornaria ao Brasil. Pelo menos teria conhecido outro país.

O Paraguai é um país diverso em relação a outros países da América Latina, principalmente no que tange à cultura e ao idioma. Embora o espanhol seja falado por seus habitantes, a língua de maior circulação é o Guaraní. As duas línguas são oficiais e a educação bilíngue tem influenciado majoritariamente para o crescimento da equidade sócio-educacional do país.

Comparando Brasil e Paraguai em relação ao analfabetismo, o Censo 2010 registra que o Brasil apresenta uma taxa de 9,6% de analfabetos, enquanto o Paraguai está com uma taxa de 5% (INEP, 2008), revelando que há esforço para melhorar os índices educacionais do país. Nas últimas décadas, o país também registrou um aumento significativo na taxa de matrículas no ensino superior, uma vez que “[...] as unidades de ensino superior (públicas ou privadas) contam com recursos do orçamento público”. Outro fato importante para esse crescimento se dá pela ausência de requisito para o ingresso em instituições superiores” (INEP, 2008, p. 73).

Além disso, economicamente, o Paraguai está melhor do que o Brasil, segundo o Fórum Econômico Mundial (2018):

[...] como sempre acontece quando sai um ranking internacional, o Brasil passa vergonha? É apenas o 37º colocado entre os 74 países listados. Perde para todos os seus pares na América Latina, menos para o trio dos mais pobres (Bolívia, Guatemala e Honduras). Perde para o Paraguai (20º), aquele país vizinho que costuma ser alvo de tantas piadas dos brasileiros [...].

Iniciei minha reflexão evidenciando dois aspectos: a educação e a economia, pontos que considero importantes para dar seguimento ao texto. Percebo que muitas vezes emitimos juízo de valor sem o devido conhecimento de causa. Há muito preconceito sem conhecimento.

O Paraguai está no topo do ranking como um dos países simpáticos da América Latina. Em plena pandemia de Covid-19, foi considerado um dos países mais positivos do mundo (EXAME, 2019). Sua Capital, Assunção, é interessante, um misto de velho com novo, é segura. Como um país latino-americano, possui suas mazelas sociais de praxe e um povo muito gentil. Essa é a impressão sobre esse país e seu povo após quatro anos de estudos. De Buarque (2009) afirma que “[...] o país vizinho é o segundo que mais atrai brasileiros imigrantes, ficando atrás apenas dos Estados Unidos”.

Para fazer doutorado no Paraguai, venci meus próprios preconceitos. No primeiro semestre de curso, dei-me conta de que não seria fácil e não teria moleza. Relatos de terceiros sobre a minha escolha eram quase unânimes: “você tem certeza de que irá fazer doutorado numa instituição paraguaia”? Esse preconceito vem da

[...] questão de como se constrói e compõe a imagem do Paraguai formada e veiculada no Brasil. Uma atenção especial será dada às percepções e representações brasileiras das correntes migratórias que se formam em ambos os lados da fronteira, seja de brasileiros no Paraguai, seja de paraguaios no Brasil, pois a migração internacional, como situação de contato, alimenta a produção de representações recíprocas. (SOUCHAUD, 2011, p. 1)

O preconceito construído da imagem de contrabando, corrupção e outros elementos concebem o país e sua realidade antes do conhecê-lo. Ressalta-se somente o lado negativo, de certo o país tem problemas tanto quanto os seus vizinhos. O preceito de liberdade de expressão não nos consagra o "direito à incitação ao racismo", o direito individual não deve salvaguardar de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra”. Muitas vezes, o que fazemos com os paraguaios com nossos deboches, piadas e racismo é um crime (HC 82.424, Rel. p/ o ac. Min. Presidente Maurício Corrêa, julgamento em 17-9-2003, Plenário, DJ de 19-3-2004 apud LOUREIRO, 2011).

Feita essa reflexão, apresento o curso realizado pela Universidad Evangélica del Paraguay (UPE) com fundamentação legal na Lei de criação n°404 de agosto de 1994, entidade privada sob a responsabilidade da Convención Evangélica Bautista del Paraguay, reconhecida pelo decreto do poder executivo n°30.398 de 5 de dezembro de 1967. Com seu funcionamento subordinado à Lei 136/93:

La Universidad Evangélica del Paraguay (UEP) es una entidad autónoma, de confesión evangélica, apolítica y sin fines de lucro [...] para la formación de profesionales y técnicos de nivel superior, la realización de investigación científica y de actividades de proyección social y extensión universitaria.

O Programa de Pós-graduação Doctorado en Ciencias de La Educación se ajusta ao Decreto de n° 3.196, de outubro de 1999. O Decreto n° 5.518, de 23 de agosto de 2005, promulgou admissão de “títulos e grados” universitários para membros do Mercosul. O processo seletivo do Programa foi composto por: análise curricular, análise do projeto de pesquisa (com 20 laudas), análise de memorial, que se tratou de uma

reflexão sobre minhas experiências profissionais, e a justificativa da escolha do objeto de estudo e ainda a expectativa em relação ao curso. O curso tem como pretensão:

Formar expertos profesionales que sean capaces de: • Analizar críticamente diversas posiciones o interpretaciones históricas; • Identificar necesidades educativas en su entorno social y en su ambiente docente; • Diseñar e instrumentar proyectos originales de investigación, para enfrentar situaciones educativas; • Dirigir y coordinar equipos de investigación; • Planear e instrumentar proyectos de diseño, evaluación y rediseño de planes de estudio; • Elaborar programas de desarrollo académico en las instituciones educativas; • Impartir docencia sobre la base de un profundo conocimiento de su disciplina y de la utilización de estrategias de enseñanza y aprendizaje novedosas vinculadas a las modernas concepciones de la comunicación.

Com duas linhas de pesquisa – Campo especializado/Línea de Investigación: Currículo, Enseñanza y Aprendizaje; e Campo especializado/Línea de Investigación: Educación para el Desarrollo Sustentable –, apresenta carga horária de 1.824 horas.

O curso preenche requisitos legais do sistema paraguaio. Porém, em função do número de brasileiros, sua matriz curricular foi estruturada e formatada observando as exigências legais do Brasil. Foi levado em consideração o processo de reconhecimento que os estudantes iriam vivenciar ao retornar ao seu país de origem, porque a grande maioria dos doutorandos da instituição eram e são brasileiros de várias regiões do país: norte, sul, nordeste e centro-oeste.

Superado o primeiro desafio – o preconceito –, havia outro: o medo de voar (transtorno de pânico - CID - 10), doença psicossomática recém-desenvolvida (2013 - 2017). Hoje um percentual significativo da população mundial é acometido desse problema, podendo trazer prejuízos financeiros, à saúde e sociais. Talvez esse tenha sido o maior desafio enfrentado durante o doutorado.

O simples pensamento da decolagem, aterrisagem, turbulências, a ideia de sair do chão me causava pânico. Mas a determinação e a coragem eram maiores do que o medo. Como diz Amiel, “Estar preparado para qualquer situação exige que a pessoa seja capaz de cortar um nó, pois nem tudo pode ser desamarrado” (LECH, 2010, p. 43).

A tese de doutorado teve como objeto de estudo a formação de professores indígenas à luz do Magistério Indígena Tamĩkan, sob o título “Autonomia e

Fortalecimento da Educação Escolar Indígena: percepções dos sujeitos políticos envolvidos no Magistério Tamí'kan-2006/2013". O estudo visou a compreender quais as percepções dos sujeitos políticos envolvidos no Projeto Magistério Indígena Tamí'kan - 2006/2013, e qual a contribuição da formação para a construção da autonomia e o fortalecimento da Educação Escolar Indígena. O objetivo geral centrou-se em analisar o Projeto Magistério Indígena Tamí'kan - 2006/2013 através das percepções dos sujeitos políticos frente à construção da autonomia e o fortalecimento da Educação Escolar Indígena (MENDES, 2016, p. 10).

Após concluir com êxito o doutoramento, havia outros obstáculos a transpassar, a saber, o reconhecimento do título. Esse processo passa pelo preconceito, pelo descrédito na qualidade do curso e da instituição. Foram dois anos buscando uma instituição brasileira para então submeter o diploma ao processo de reconhecimento.

O processo de reconhecimento no Brasil começa com uma análise documental para verificar se o curso está em acordo com a legislação em vigor. A Resolução CNE/CES nº 03/2016 "[...] dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior".

Superada a análise documental, a segunda etapa é a leitura da tese e discussão entre os pares do conselho da instituição brasileira sobre qualidade, relevância e adequação à linha de pesquisa. Vencidas as duas etapas, é solicitado o envio do diploma para apostilamento e reconhecimento, a legislação estabelece um prazo de 180 dias. Muitas vezes, há o excedente desse prazo, em média 360 dias, primeiro por causa da autonomia das instituições, segundo por conta do volume de trabalho dos professores que compõem os conselhos, pois não estão só para essa atividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto no decorrer do texto, e em consonância com as leis que regulamentam a educação, como LDB e PNE, a formação continuada do professor é preconizada como um direito que deve ser assegurado e promovido pelos sistemas. Para

Dudar *et al.* (2011), “[...] a formação [...] continuada como direito em um contexto capitalista implica uma luta constante [...] do gozo ao direito conquistado (p. 10120)”. Qualquer tentativa de melhorar a educação que exclua a valorização docente terá resultados insatisfatórios. Partindo desse princípio, nós, professores, precisamos defendê-la como essencial à profissionalização do docente.

Assim, é imperativo a ação de políticas públicas, porque o direito já está garantido, os sistemas educacionais devem promover programas de pós-graduação e estimular a participação de seus professores. Isso porque a melhoria da qualidade da educação passa pela formação do professor; e a ausência dessas políticas públicas influenciam nos resultados gerais da educação.

A região norte precisa aumentar em quantidade os programas de formação, de modo a elevar a qualificação de seus professores, os governos locais necessitam formular seus planos de formação e garantir a formação continuada do quadro de professores. Assim, o fluxo destes para outros estados e países será evitado.

Penso que essas sejam as ações a serem desenvolvidas e, enquanto não se concretizam, nós, professores, fazemos por conta própria. Como diz Vandrê (1979), “quem sabe faz hora não espera acontecer”. Se não há condições dentro do seu contexto, busque em outros contextos, empreenda, arrisque-se, desafie-se.

Cursar um doutorado no Paraguai não foi fácil, mas me fez crescer, venci a mim mesma e a outrem com seus preconceitos. Ficam retidas as melhores experiências, e como recomendação, eu digo: procure uma boa instituição, consulte os órgãos locais quanto ao credenciamento e avaliação, legalize-se no país com visto de residência, escreva uma boa tese, respalde-se e vá à luta. Dificuldades sempre existirão, como o distanciamento familiar, a escrita acadêmica, a pesquisa e até doenças. Toda construção é dolorosa, mas no final vem a satisfação. Determinação, perseverança e acreditar são o segredo.

Se me perguntarem se valeu a pena, eu respondo “Valeu a pena [...]. Acredite nos seus sonhos, brother, insista. Falaram pra gente que não era possível, se começar foi fácil, difícil vai ser parar” (RAPPA, 1996). Na vida temos que vencer desafios e derrubar os obstáculos. O ofício de professor é um ciclo que se retroalimenta na ação

do “[...] aprender a aprender”, e deve ser um processo contínuo e dinâmico que ocorre durante toda a sua vida.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012.

CAPES. **Cresce 20,8% o número de cursos de mestrados e doutorados no Brasil** Disponível em: [Capes.gov.br/36-noticias/4073-cresce-208-o-numero-de-cursos-de-mestrados-e-doutorados-no-brasil](https://capes.gov.br/36-noticias/4073-cresce-208-o-numero-de-cursos-de-mestrados-e-doutorados-no-brasil). Acesso em: 23 de jul. 2020.

CRUZ, Priscila; MONTERITO, Luciano (Org). **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2019.

DUDAR, Claudia Zajac; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; RANGEL, Juliana Testoni dos Santos. Formação Docente Continuada Como Direito: Implicações Conceituais. **EDUCARE** - Congresso Nacional de Educação, 2017, p. 10112-10122. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24067_11984.pdf. Acesso em: 06 de jul. de 2020.

FRANÇA, Luísa. **A Formação Continuada e sua importância para manter o corpo docente atualizado**, 2018: Disponível em: <https://www.somospar.com.br/a-formacao-continuada-e-a-sua-importancia-para-manter-o-corpo-docente-atualizado/#:~:text=A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada%20de%20professores,cada%20vez%20maior%20aos%20alunos>. Acesso em: 02 de jul. de 2020.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um Defeito de Cor**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GUIA DE CARREIRA. **Como se tornar um professor**. Disponível em <https://www.guiadacarreira.com.br/carreira/como-se-tornar-professor/#:~:text=Como%20se%20tornar%20professor%20universit%C3%A1rio&text=Essa%20realidade%20mudou%20e%20hoje,professor%20em%20universidades%20p%C3%BAblicas%20federai>. Acesso em: 07 de jul. de 2020.

LECH; Marilise Brockstedt Lech (Org). **Frases inteligentes**: para lembrar e usar: citações, provérbios aforismos. Passo Fundo: Méritos, 2010. 184 p.

INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior**. INEP registra aumento de mestres e doutores no ensino superior. 2018. Disponível em <https://www.capes.gov.br/36-noticias/10125-inep-registra-aumento-de-mestres-e-doutores-no-ensino-superior>. Acesso em: 07 de jul. de 2020.

NICHELE, Brígida *et al.* Aspectos do Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros: um estudo na Universidade Federal de Santa Catarina. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis – Brasil, 2009.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

PESSOA, Fernando. **Lisboa**: Parceria António Maria Pereira, 1934 (Lisboa: Ática, 10ª ed. 1972).

RAPPA. **Pescador de Ilusões** (Marcelo Yuka, Lauro Farias, Marcelo Falcão, Xandão e Marcelo Lobato). Álbum Mundi, 1996. Disponível em nalisedeletras.com.br/o-rappa/pescador-de-ilusoes-2/. Acesso em: 13 de jul. de 2020.

SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. **Contexto int.** vol. 33 no.1 Rio de Janeiro, jan./jun. 2011.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores**. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/geraldo-vandre/pr-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores.html>. Acesso em: 13 de jul. 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Formação de professores para a Educação Superior e a diversidade da docência. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba (PUCPR), v. 14, p. 327-342, maio/ago. 2014.

Site Consultados:

1. <http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1242334-17083,00-VIVER+NO+PARAGUAI+E+COMO+VOLTAR+AO+BRASIL+DOS+ANOS+DIZ+IMIGRANTE.html>.
2. <https://exame.com/mundo/estes-sao-os-paises-mais-positivos-do-mundo-em-2019/>.
3. <https://uep.edu.py/>.
4. <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/analfabetismo-no-brasil.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20conforme%20o%20Censo,torno%20de%200%20a%201%25>.

Autora

Simone Rodrigues Batista Mendes

Instituto Insikiran - Universidade Federal de Roraima (UFRR).